



**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL,
PARA ATUAÇÃO CONJUNTA NA APURAÇÃO E POSTERIOR
PROCESSAMENTO DOS CRIMES CONTRA A ORDEM
TRIBUTÁRIA.**

O ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pelo Governador do Estado, Dr. Rui Costa, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado por seu Presidente, Dr. Nilson Soares Castelo Branco e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica firmado entre os partícipes em 07 de março de 2014, para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

Para definição específica das competências de cada órgão e operacionalização do presente convênio, a atuação do Estado da Bahia se dará através da **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, no 260, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.073/0001-56, neste ato representada por seu Secretário, Dr. Manoel Vitório da Silva Filho, doravante denominada simplesmente **SEFAZ**, da **Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, no 430, 4ª Avenida, inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.149/0001-43, neste ato, representada pelo seu Secretário, Dr. Ricardo César Mandarino Barretto, doravante denominada simplesmente **SSP**, e da Procuradoria Geral do Estado, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, no 370, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 04.139.403/0001-77, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Estado, Dr. Paulo Moreno Carvalho, doravante denominada **PGE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do período de vigência do Convênio de Cooperação Técnica, cujo objeto é *"propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal no 8.137, de 27 de dezembro de 1990"*, firmado em 07 de março de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

O prazo de vigência do ajuste original fica **prorrogado por mais 04 (quatro) anos**, a contar de 20 de março de 2022, ficando convalidados os atos decorrentes do ajuste originariamente celebrado entre as partes eventualmente praticados ao longo da tramitação do procedimento administrativo para celebração do aditivo.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador/BA.

Rui Costa
Governador do Estado da Bahia

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti
Procuradora-Geral de Justiça

Paulo Moreno Carvalho
Procurador-Geral do Estado

Nilson Soares Castelo Branco
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia

Ricardo César Mandarinó Barreto
Secretário de Segurança Pública do Estado

Manoel Vitorio da Silva Filho
Secretário da Fazenda do Estado



nomear **MARIZA SARMENTO SILVA DE ARAÚJO** para o cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, da Assessoria de Planejamento e Gestão, da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização.

exonerar, a pedido, **JANE CLEIDE LOPES DOS SANTOS** do cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, do Núcleo Territorial de Educação - NTE 14, sede Itaberaba - Território de identidade: Piemonte do Paraguaçu, da Secretaria da Educação.

tornar sem efeito, a partir da data de sua edição, a nomeação de **RENALVA AGUIAR LUZ PEREIRA** para o cargo de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2D, do Núcleo Regional de Saúde - NRS Extremo Sul, da Secretaria da Saúde, publicada no Diário Oficial do Estado de 13.05.2022.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 13 de maio de 2022.

RUI COSTA
Governador

GABINETE DO GOVERNADOR

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Convenientes: O Estado da Bahia, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Ministério Público do Estado da Bahia.

Objeto: Prorrogação do período de vigência do Convênio de Cooperação Técnica, cujo objeto é **"propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990."**

Vigência: O prazo de vigência é de 04 (quatro) anos, ficando convalidada sua vigência com efeitos a partir de 20 de março de 2022.

Data da Assinatura: 12 de maio de 2022.

Assinam: **RUI COSTA** **NILSON SOARES CASTELO BRANCO**
Governador do Estado da Bahia Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI **MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO**
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

RICARDO CÉSAR MANDARINO BARRETTO **PAULO MORENO CARVALHO**
Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia Procurador-Geral do Estado da Bahia

CASA CIVIL

Portaria Nº 00419308 de 13 de Maio de 2022

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO EM EXERCÍCIO do(a) CASA CIVIL - CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, **resolve** designar **MANUELA PASSOS DE ALMEIDA**, matrícula nº [REDAZIDA], para, em razão de Férias no período de 23 de Maio de 2022 a 03 de Junho de 2022, substituir **DAGMAR COSTA NERY**, matrícula nº [REDAZIDA], no cargo Coordenador II, do(a) COOR.RECURSOS HUMANOS.

CARLOS PALMA DE MELLO
CASA CIVIL

PORTARIA Nº 005 DE 13 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA GERAL, DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE

INSTAURAR o Processo Administrativo de nº 014.1509.2022.0001983-26, designando a Comissão Processante constituída pela Portaria nº 05, de 18 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado, em 19 de janeiro de 2022, com a finalidade de apurar as irregularidades praticadas pela Empresa Grupo Load Comércio e Serviços Eireli., contratada pela Casa Civil em 13 de abril de 2022, através de Dispensa de Licitação nº 33.003.2022.0012, em virtude de haver indícios de que teria incorrido em inexecução contratual, comportamento que se amolda ao ilícito administrativo previsto no art. 185, Inciso IV, da Lei nº 9.433/05, o que, se comprovado, poderá ensejar a aplicação das sanções dispostas no art. 186 e seus incisos da supra citada Lei.

DIRETORIA GERAL, em 13 de maio de 2022.

CECÍLIA PINHEIRO SOUZA
Diretora Geral

Empresa Gráfica da Bahia – EGBA

PORTARIA Nº 066 / 2022

O DIRETOR GERAL DA EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA - EGBA, no uso de suas atribuições; considerando o que consta do Processo SEI nº 052.2973.2022.0001292-52, de 25/04/2022, e com base na **"SUBSEÇÃO I - FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS"**, do Regulamento de Licitações e Contratos da EGBA, Art. 164, **R E S O L V E**. Designar o empregado **FABIO DE OLIVEIRA DIAS**, matrícula [REDAZIDA] para substituir a empregada **ALINE DA CRUZ FONSECA**, matrícula [REDAZIDA] como Fiscal do CONTRATO Nº 2020.0016.00, firmado entre a EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA - EGBA e a TELEMAR NORTE LESTE S/A. Salvador, 13 de maio de 2022. Robson Santos de Araújo - Respondendo pela Diretoria Geral

**DIÁRIO OFICIAL
PUBLICA BAHIA**
Publicações oficiais para câmaras
e prefeituras, com baixo custo e
segurança.
EGBA: 71 3116 2850 / 2133
www.egba.ba.gov.br



**SERVIÇOS GRÁFICOS**
EGBA: 71 3116 2837/2838 • www.egba.ba.gov.br



**GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO**



LOGÍSTICA
De materiais, produtos e equipamentos,
compreendendo coleta, recebimento,
distribuição, movimentação,
armazenamento, com gerenciamento e
controle das informações.

**GOVERNO DO ESTADO**

Sede Egba
71 3117 2517/2535
www.egba.ba.gov.br



**DOOL**
dool.egba.ba.gov.br





CI. nº 002/2022 – DCCL/CEAC

Ref.: Vigência – Termo de Cooperação Técnica – Diversos Órgãos

Salvador, 14 de janeiro de 2022.

Ao Senhor

HUGO CASSIANO SANTANA

Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal

Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal - GAESF

Ministério Público do Estado da Bahia

Prezado Senhor,

Noticiamos a Vossa Senhoria a proximidade do termo final de vigência (**19/03/2022**) do Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre este *Parquet*, **o Tribunal de Justiça da Bahia, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e a Procuradoria Geral do Estado da Bahia**, cuja finalidade se consubstancia em **“Propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990”**.

Considerando que eventual renovação do Termo deve ser promovida antes do encerramento do prazo original de sua vigência, solicitamos que, caso haja interesse institucional na manutenção do ajuste, seja procedida a interlocução necessária com o(s) Conveniente(s), com consequente encaminhamento de minuta de Termo Aditivo ajustada (com os dados do partícipe e do prazo para renovação) a esta Unidade, para que possamos promover o trâmite administrativo necessário à sua aprovação e posterior celebração.

Destacamos, neste sentido, que, para a tramitação adequada da demanda, faz-se necessário anexar ao procedimento, juntamente com a manifestação de interesse na manutenção do ajuste, os seguintes documentos:


1. Manifestação de anuência/interesse do partícipe;
2. Declaração de que o ajuste transcorreu de maneira adequada;
3. Documentos de identificação do(s) órgão(s) partícipe(s), quais sejam: Cartão CNPJ, estatuto/contrato social;
4. Documentos do(s) representante(s) legal do(s) partícipe(s), conforme o caso: identidade, procuração e/ou termo de posse.

Por outro lado, caso não haja interesse institucional na prorrogação, ou haja qualquer fato que impossibilite o aditamento do instrumento, solicitamos a Vossa Senhoria que seja informada esta Diretoria, para fins de cadastramento e arquivamento do expediente correlato.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA


Carlos Bastos Stucki
Diretor
Matrícula 

Com os nossos cumprimentos,

Estado da Bahia

GABINETE
DO
GOVERNADOR

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O ESTADO DA BAHIA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, PARA ATUAÇÃO CONJUNTA NA APURAÇÃO E POSTERIOR PROCESSAMENTO DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.

O ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pelo Governador o Estado, Dr. Jaques Wagner, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado por seu Presidente, Dr. Eserval Rocha, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pelo Procurador Geral de Justiça, Dr. Wellington César Lima e Silva, resolvem celebrar o presente convênio, na forma que segue.

Para definição específica das competências de cada órgão e operacionalização do presente convênio, a atuação do Estado da Bahia se dará através da **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.073/0001-56, neste ato representada por seu Secretário, Dr. Manoel Vitória da Silva Filho, doravante denominada simplesmente SEFAZ, da **Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, nº 430, 4ª Avenida, inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.149/0001-43, neste ato, representada pelo seu Secretário, Dr. Maurício Barbosa Telles, doravante denominada simplesmente SSP, e da **Procuradoria Geral do Estado**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 370, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 04.139.403/0001-77, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Estado Dr. Rui Moraes Cruz, doravante denominada PGE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REGÊNCIA

O presente convênio será regido pelas cláusulas e condições ora estabelecidas, com vistas a operacionalizar as disposições legais existentes, respeitando as competências constitucionais e legais de cada entidade, órgão ou instituição de poder.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INTEGRAÇÃO NAS AÇÕES

Os convenientes deverão orientar os respectivos agentes públicos e servidores para viabilizar a integração nas ações conjuntas implementadas e dar conhecimento a todos os seus integrantes dos termos do presente convênio, bem como das exigências decorrentes da legislação em vigor sobre o assunto.

Estado da Bahia

GABINETE DO GOVERNADOR

§ 1º Os servidores, quando designados para ações em força-tarefa, serão instalados em um mesmo prédio, a fim de facilitar a integração, comunicação e a tramitação célere dos processos a eles destinados.

§ 2º Cada órgão signatário do presente Convênio indicará um responsável pelo acompanhamento das ações conjuntas no âmbito de sua respectiva atuação institucional.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO CONVÊNIO

As ações a serem desenvolvidas para a consecução dos objetivos do presente Convênio serão implementadas pelos seguintes órgãos:

I - DO ESTADO DA BAHIA:

- a) **SEFAZ** - por intermédio da Superintendência de Administração Tributária (SAT) e suas unidades: Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis (Copec) e Diretorias de Administração Tributária (DAT) das regiões Metropolitana, Sul e Norte.
- b) **SSP** - por intermédio da Superintendência de Inteligência (SI) do Departamento de Polícia Técnica (DPT) e da Polícia Civil através da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap).
- c) **PGE** - por intermédio da Procuradoria Fiscal (Profis), Representações Regionais e do Núcleo de Controle Administrativo e Disciplinar.

II - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA - por intermédio da sua Presidência.

III - MINISTÉRIO PÚBLICO - por intermédio do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, Contra as Relações de Consumo, Contra a Economia Popular e os conexos previstos na Lei nº 9.609/98 (Gaesf) e das Promotorias Especializadas no combate a sonegação fiscal de âmbito regional.

CLÁUSULA QUINTA - DAS COMPETÊNCIAS DO ESTADO DA BAHIA

Compete ao Estado da Bahia, por intermédio dos seguintes órgãos:

I - SEFAZ:

1. Superintendência de Administração Tributária (SAT):

- a) Disponibilizar aos demais convenientes acesso à consulta ao Cadastro de Informações do Contribuinte, de Crédito Tributário, e de registro da dívida ativa que configurar crime contra a ordem tributária.
- b) Efetuar no âmbito de competência da SEFAZ, a normatização dos procedimentos administrativos para o acompanhamento de notícia-crime ao Ministério Público, nos casos em que se configurem indícios de crimes contra a ordem tributária ou conexos.

Estado da Bahia

GABINETE DO GOVERNADOR

- c) Assumir a integralidade das despesas com locomoção e transporte, pagamento de diárias, material de consumo, podendo ainda assumir aluguel de imóvel, fornecimento de móveis, e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento do presente Convênio, observados os limites legais e respeitada a disponibilidade orçamentária.
- d) Promover a realização de seminários, treinamentos e cursos de capacitação técnica sobre temas pertinentes ao combate ao crimes contra ordem tributária e afins, e viabilizar a participação de servidores vinculados aos órgãos convenientes.

2. Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip):

- a) Produzir conhecimentos reveladores de fraudes fiscais praticados por indivíduos, empresas e grupos organizados para a prática de crimes contra a ordem tributária, elaborando os Relatórios de Inteligência Fiscal.
- b) Planejar e acompanhar as ações de busca de elementos de prova, com vistas ao cumprimento de mandados judiciais.
- c) Orientar e acompanhar as auditorias fiscais de constituição do crédito, decorrentes das ações conjuntas.
- d) Elaborar Relatórios de Inteligência Fiscal, para subsidiar os Processos Administrativos Fiscais (PAF) inscritos na dívida ativa.

3. Diretorias de Administração Tributária (DAT), de acordo com o critério geográfico de ocorrência de fatos relativos a prática de crimes contra a ordem tributária, e da Coordenação de Fiscalização de petróleo e Combustíveis (Copec):

- a) Disponibilizar equipe de servidores fazendários com vistas ao cumprimento de mandados judiciais para busca e apreensão de elementos de prova.
- b) Disponibilizar equipe de fiscalização para a realização das auditorias fiscais necessárias à constituição dos créditos.

II - SSP:

1. Superintendência de Inteligência (SI):

- a) Executar as medidas judiciais cautelares de interceptação telefônica, telemática, quebra de sigilo bancário e fiscal previstas na Lei.
- b) Reunir, analisar e difundir dados e conhecimento de interesse dos órgãos convenientes, notadamente no que tange aos crimes de natureza tributária.
- c) Prestar apoio no que concerne ao planejamento e execução das operações policiais feitas em força-tarefa.

Estado da Bahia

GABINETE DO GOVERNADOR

- d) Disponibilizar para consulta o Portal de Inteligência da SSP.
- e) Coletar, reunir e disponibilizar, com o auxílio do LAB/LD, dados referentes a investigação dos crimes de lavagem de dinheiro.

2. Departamento de Polícia Técnica (DPT):

- a) Realizar as atribuições de sua competência, voltadas para a promoção de exames e perícias técnicas acompanhadas dos respectivos laudos e de documentos de cunho policial existentes nesse órgão.
- b) Designar, mediante solicitação, peritos para atuar nas ações em força-tarefa.

3. Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap):

- a) Disponibilizar, no mínimo, 3 (três) delegados de polícia, 3 escrivães de polícia e 3 investigadores de polícia, que deverão compor força-tarefa com promotores de justiça e auditores fiscais e/ou agentes de tributos estaduais, para atuar em ação integrada, visando dar agilidade e efetividade à aplicação da lei penal-tributária.
- b) Proceder às investigações policiais, no intuito de constituir a comprovação da materialidade e a identificação da efetiva autoria do crime contra a ordem tributária.
- c) Prestar apoio a auditores fiscais e/ou agentes de tributos estaduais em diligências e procedimentos investigatórios fiscais, bem como no cumprimento de mandados judiciais, quando requerido, designando os profissionais necessários à realização dos trabalhos (delegados, escrivães e investigadores de polícia).
- d) Comunicar à SEFAZ e ao Ministério Público notícias de crimes contra a ordem tributária recebidas diretamente ou através de outras fontes, para a adoção das providências cabíveis.
- e) Disponibilizar à SEFAZ acesso aos relatórios conclusivos dos inquéritos policiais.
- f) Disponibilizar aos demais convenetes o acesso ao Sistema Informatizado de Gestão Integrada Policial (SIGIP).

III – PGE:

- a) Designar 1 (um) Procurador do Estado, da Procuradoria Fiscal (Profis), para atuar no âmbito da força-tarefa, conforme alínea "c" do inciso I da Cláusula Quarta do presente Convênio.
- b) Atuar como assistente nas ações intentadas pelo Ministério Público, quando for o caso.
- c) Encaminhar, ao Ministério Público notícia-crime pela prática de delito contra a ordem

Estado da Bahia

**GABINETE
DO
GOVERNADOR**

tributária e correlatos, quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os Procuradores do Estado verificarem a existência de crime de ação pública, remetendo ao Órgão Ministerial as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia (art. 40, Código de Processo Penal) ou da instauração do procedimento investigatório criminal (Resolução nº 13/2006, do Conselho Nacional do Ministério Público).

- d) Promover medidas judiciais cabíveis para busca e apreensão, com vistas a embasar investigações para constituição do crédito tributário, bem como para declaração de responsabilidade tributária, quando constatada em procedimento, e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento deste Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DAS COMPETÊNCIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Compete à Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia:

- a) Realizar seminários, treinamentos e cursos de capacitação técnica de magistrados e servidores das Varas Criminais com competência em Crimes Contra a Ordem Tributária e das Varas da Fazenda Pública, quanto à matéria de sua competência.
- b) Zelar pela correta utilização de material e equipamentos de informática e de impressão disponibilizados para a consecução deste Convênio.
- c) Envidar esforços para instalar as varas de fazenda Pública prevista na Lei Orgânica do Poder Judiciário (LOI).
- d) Informatizar as Varas Criminais, e as Varas da Fazenda Pública, bem como aos Cartórios de Registros de Notas e de Imóveis do Estado da Bahia, respeitada a disponibilidade orçamentária.
- e) Zelar pela celeridade dos processos criminais contra a ordem tributária, e de execução fiscal inclusive realizando mutirões.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS COMPETÊNCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Compete ao Ministério Público:

- a) Avaliar as notícias-crime oferecidas e definir as que deverão ser objeto de apuração conjunta pela força-tarefa.
- b) Na apuração conjunta, officiar nas representações, nos inquéritos policiais, procedimentos investigatórios criminais e processos judiciais destinados a identificar e reprimir a sonegação fiscal e os crimes contra a ordem tributária.
- c) Para fins de consulta, implantar o cadastro estadual das ações judiciais relativas a ilícitos penais tributários.
- d) Promover medidas cautelares judiciais, tais como busca e apreensão, sequestro e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento deste Convênio.

Estado da Bahia

**GABINETE
DO
GOVERNADOR**

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS

O presente Convênio não envolve transferência de recursos entre os convenientes. Cada um, deverá arcar, mediante recursos próprios, com as despesas necessárias ao cumprimento das obrigações que lhes foram conferidas por este instrumento.

§ 1º - Estima-se um dispêndio de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por parte do Estado da Bahia.

§ 2º - As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da Unidade Orçamentária 03.13.004 - Diretoria Geral, Unidade Gestora 03.13.003, Diretoria Administrativa, Atividade 04.122.105.2000 - Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos, Elementos de Despesas 3.4.90.14.00 - Diárias Civil, 3.4.90.33 - Passagem e Despesas com Locomoção, 3.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.4.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física e 3.4.90.30.00 - Material de Consumo ficará sob a responsabilidade da Superintendência de Administração Tributária.

CLÁUSULA NONA DA PUBLICAÇÃO

Cada conveniente providenciará a publicação do extrato deste Convênio no órgão oficial, na forma do parágrafo primeiro do artigo 131 da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.

O Estado da Bahia compromete-se a criar, no âmbito da estrutura administrativa competente, a Delegacia Especial de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO SIGILO

Cada conveniente deverá manter sigilo sobre as informações obtidas, conforme o disposto no art. 198 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que institui o Código Tributário Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS MEDIDAS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Com base no presente convênio, será criada no prazo de 120 dias, Comissão Especial para Recuperação de Crédito Tributário (CRCT), coordenada pela PGE e com a participação de representantes do Ministério Público e da SEFAZ, para atuar junto aos grandes contribuintes, buscando a recuperação de crédito referente aos autos de infração que apresentem, em tese, crimes contra a ordem tributária, considerando o que estabelece o art. 9º da Lei Federal nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CRIAÇÃO DO FUNDO

O Poder Executivo, após realização de estudos técnicos e mediante projeto de lei, poderá propor a criação de um fundo de equipamento dos órgãos convenientes com percentual dos créditos tributários recuperados.

Estado da Bahia

**GABINETE
DO
GOVERNADOR**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo específico, desde que não implique alteração das metas ou da natureza do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente Convênio poderá ser denunciado, por quaisquer dos convenientes, mediante notificação escrita, antes do término da execução do seu objeto, desde que respeitada a antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 1º - A denuncia na forma acima não importará em indenização em favor de quaisquer dos convenientes.

§ 2º - O descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições previstas no presente Convênio poderá acarretar a sua rescisão, arcando, neste caso, a parte inadimplente, com os danos ou prejuízos que porventura causar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA


O prazo de vigência do presente Convênio é de 04 (quatro) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, por comum interesse e conveniência das partes, através de Termo de Aditamento, desde que justificado.

E assim, por estarem acordes, firmam o presente Convênio, em 6 (seis) vias, para que surta seus efeitos jurídicos.


Salvador, 07 de março de 2014.


JAQUES WAGNER
Governador do Estado da Bahia


ESERVAL ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia


RUI MORAES CRUZ
Procurador Geral do Estado


WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça


MAURÍCIO BARBOSA TELLES
Secretário de Seg. Púb. do Estado da Bahia


MANOEL VÍTORIO DA SILVA FILHO
Secretário da Fazenda do Estado



INSC.	NOME	DOCUMENTO	PONTUAÇÃO	CL. ASS.
002285	ESERVAL BATISTA DA SILVA	559451202	143,47	231

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 03 de abril de 2014.

ESERVAL ROCHA
Governador em exercício**DESPACHOS****DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO
EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO**
Em 03/04/2014Processo nº 0603140069252
Origem: Secretaria da Educação/UNEB
Interessada: Edilouza Medeiros Bezerra
Despacho: Autorizo.Processo nº 0603140069260
Origem: Secretaria da Educação/UNEB
Interessada: Fabiane Louise Bitencourt
Despacho: Autorizo.**EXTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Convenientes: O Estado da Bahia, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público Estadual.
Objeto: Promover a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.
Vigência: O prazo de vigência é de 04 (quatro) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, por comum interesse e conveniência das partes, através de Termo de Aditamento, desde que justificado.
Data da Assinatura: 07 de março de 2014.

Assinam:

Jaques Wagner Governador do Estado da Bahia	Eserval Rocha Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Wellington César Lima e Silva Procurador-Geral de Justiça da Bahia	Manoel Vitorino da Silva Filho Secretário da Fazenda do Estado da Bahia
Maurício Teles Barbosa Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia	Rui Moraes Cruz Procurador-Geral do Estado da Bahia

GABINETE DO GOVERNADOR

PORTARIA Nº 08 DE 02 DE ABRIL DE 2014

O CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

considerar designada, ÉRIKA PERICK PEREIRA, cadastro [REDACTED] para substituir AIDÉ RITA NUNES VIEGAS, cadastro [REDACTED] Assistente II, símbolo DAS-3, do Quadro Especial da Chefia do Gabinete do Governador, do Gabinete do Governador, no período de suas férias, de 06.03.2013 a 04.04.2013.

CHEFIA DE GABINETE DO GOVERNADOR, em 02 de abril de 2014.

EDMON LOPES LUCAS
Chefe de Gabinete do Governador

PORTARIA Nº 09 DE 02 DE ABRIL DE 2014

O CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

considerar designado, LUIS GUIMARÃES DA ROCHA, cadastro 01.469.705-5, para substituir NORMA SUELY GASPAR LOUREIRO, cadastro 01.516.806-7, Assessor Especial, símbolo DAS-2B, da Secretaria Particular do Gabinete do Governador, do Gabinete do Governador, no período de suas férias, de 01/04/2014 a 30/04/2014.

CHEFIA DE GABINETE DO GOVERNADOR, em 02 de abril de 2014.

EDMON LOPES LUCAS
Chefe de Gabinete do Governador**SECRETARIA DE RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS**

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante no art. 84 da Lei 6.677/94, R E S O L V E: Portaria nº 11/2014 - Conceder as servidoras abaixo, mais 1% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, sobre seus vencimentos básicos:

MATRÍCULA	NOME	%	DATA
[REDACTED]	Magda Ituaçu Gramacho	7	04.03.2014
[REDACTED]	Mary Cláudia Cruz e Souza	7	29.03.2014

EVERLI CARVALHO DE ALMEIDA
Diretora de Administração e Finanças**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**ATOS DE PROCURADOR GERAL
PORTARIA Nº PGE - 082/2014

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, resolve considerar designada a Procuradora do Estado MARIA DA CONCEIÇÃO GANTOIS ROSADO para substituir a Procuradora Assistente, símbolo DAS-2C, Fabiana Araújo Andrade Costa, afastada em gozo de férias, por 30 (trinta) dias, a partir de 1º de abril do ano em curso.

PORTARIA Nº PGE - 083/2014
O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, resolve designar a Procuradora do Estado SELMA REICHE BACELAR para substituir a Procuradora Assistente, símbolo DAS -2C, Adriana Lopes Vianna Dias de Andrade, que se afastará em gozo de férias, por 10 (dez) dias, a partir de 03 de abril do ano em curso.

PORTARIA Nº PGE - 084/2014
O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, resolve designar a Procuradora do Estado NACHA GUERREIRO SOUZA AVENA para substituir a Procuradora Assistente, símbolo DAS -2C, Lorena Miranda Santos Barreiros, que se afastará em gozo de férias, por 10 (dez) dias, a partir de 07 de abril do ano em curso.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO, 03 de abril de 2014.
Ass) RUI MORAES CRUZ
Procurador Geral do Estado

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

ATO Nº 121, DE 11 DE MARÇO DE 2014.
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em razão do Ofício nº NTCE-13/2014 recebido da Procuradoria Geral do Estado, e com fundamento no art. 6º, inciso XXXI do Regimento Interno deste Tribunal, RESOLVE nomear uma Comissão composta pelos servidores TELMA ALMEIDA DE OLIVEIRA, RAUL CESAR PINHEIRO DE OLIVEIRA, e LUCIANO CHAVES DE FARIAS para, sob a presidência da primeira, no prazo de 15 (quinze) dias, elaborar Projeto de Resolução para regulamentação de licença-prêmio no âmbito deste Tribunal de Contas.

INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO
Conselheiro Presidente

AVISO AOS JURISDICIONADOS, SERVIDORES PÚBLICOS E À SOCIEDADE EM GERAL.
O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) avisa aos jurisdicionados, servidores públicos e a sociedade em geral que, no dia 24/03/2014, iniciou a publicação do seu Diário Oficial Eletrônico, instituído pela Lei Complementar nº 38, de 09/12/2013, e regulamentado pela Resolução do Tribunal nº 010, de 13/02/2014.

Até o dia 07/04/2014, as publicações ocorrerão, simultaneamente, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal e no Diário Oficial do Estado (DOE), prevalecendo, para efeito de contagem de prazo, a data da edição do DOE.

A partir do dia 08/04/2014, as publicações passarão a ser realizadas exclusivamente no Diário Oficial do TCE/BA, tendo em vista que este será o meio oficial e único veículo para publicação e divulgação dos atos processuais, administrativos e das comunicações do Tribunal de Contas do Estado.

As publicações estarão disponíveis no site oficial do Tribunal (www.tce.ba.gov.br), onde também poderá ser verificada a autenticidade da cópia impressa.

SÚMULA DA ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2014.

Abertura dos trabalhos: 14h30min. Presentes: Presidente Exmo. Sr. Conselheiro INALDO ARAÚJO; Exmos. Srs. Conselheiros PEDRO LINO, ANTÔNIO HONORATO, ZILTON ROCHA, GIL-DÁLIO PENEDO FILHO, CAROLINA COSTA e a Exma. Sra. Conselheira na vacância LILIAN DAMASCENO. - Procurador do Ministério Público Especial junto a este Tribunal: Dr. MAURÍCIO CALLEFFI. - Representante do Núcleo de Atuação da Procuradoria Geral do Estado: Dra. LUCIA-NE ROSA CRODA. - Secretária Geral: Dra. SORAIA DE OLIVEIRA. - A ata da sessão anterior foi aprovada. - CONFERÊNCIA - CONS. CAROLINA COSTA - PROCESSO: TCE/002784/2013 - NATUREZA: RECURSO - RECORRENTE: ROMEL REBELLO BRANDÃO - RECORRIDO: O ESTADO DA BAHIA (ACÓRDÃO 045/2014). - CONS. PEDRO LINO - PROCESSO:

EDITAL Nº 01/2014

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Riachão do Jacuípe-BA, por intermédio de sua Promotora de Justiça sub assinada, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com disposto no art. 10, §1º, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como os art. 23, I, e art. 26, §§2º e 4º, ambos da Resolução nº 06/2009 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do MP-BA, comunica a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e, especialmente aos interessados no fato, inclusive para efeito de eventual apresentação de razões escritas ou juntada de documentos, que foi promovido o arquivamento do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 720.0.37987/2011, referente ao comércio de produtos derivados do leite impróprios para consumo, cujos autos serão submetidos à apreciação e homologação pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei.

Riachão do Jacuípe, em 23 de abril de 2014.

Analízia Freitas César Júnior
Promotora de Justiça

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL

EDITAL Nº01/2014

A 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité com atuação na área da Infância e Juventude, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao comando do art. 9º da RESOLUÇÃO nº 23/2007, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 003.0.78841/2012, considerando que ainda restam diligências a serem realizadas.

Salvador, 04 de abril de 2014.

Tiago Alves Pacheco
Promotor de Justiça

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Adesão, de Voluntário

Nome	Lotação	Início	Término
Ana Luisa Pereira Almeida	Itabuna	29/04/2014	28/04/2015

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL - CONTRATO Nº 023/2014- SGA

Processo: 003.0.49698/2014 - Dispensa nº 021/2014.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Comercial de Estivas Grande Rio Ltda- Me, CNPJ 86.784.006/0001-12.

Objeto: Fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações fabricados em embalagem de polipropileno, transparente, tampa de pressão e lacre, com capacidade para 20 (vinte) litros, devidamente higienizados, acopláveis a bebedouros elétricos, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Paulo Afonso - Ba.

Valor unitário (garrafão): R\$ 9,85 (nove reais e oitenta e cinco centavos).

Valor global anual Máximo (220 garrações): R\$ 2.167,00 (dois mil cento e oitenta e sete reais).

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003 - Fonte 100 - Ação 03.122.503.2000 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.30.

Prazo de vigência: 12 meses, a começar em 01 de abril de 2014 e a terminar em 31 de março de 2015, ficando acordado, que considerar-se-á extinto o quantitativo máximo anula estimado no item 4.2 venha a ser alcançado antecipadamente.

*Republicado por haver incorreções

RESUMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 003.0.64304/2014.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia e da Procuradoria Geral do Estado.

Objeto: Propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da lei federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Vigência: 04 (quatro) anos, a contar da data de sua assinatura.



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, PARA ATUAÇÃO CONJUNTA NA APURAÇÃO E POSTERIOR PROCESSAMENTO DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.

O ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pelo Governador do Estado, Dr. Rui Costa, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado por seu Presidente, Dr. Gesivaldo Britto, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Ediene Santos Lousado, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica firmado entre os partícipes em 07 de março de 2014, para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

Para definição específica das competências de cada órgão e operacionalização do presente convênio, a atuação do Estado da Bahia se dará através da **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.073/0001-56, neste ato representada por seu Secretário, Dr. **Manoel Vitorio da Silva Filho**, doravante denominada simplesmente **SEFAZ**, da **Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, nº 430, 4ª Avenida, inscrita no CNPJ sob o n 13.937.149/0001-43, neste ato, representada pelo seu Secretário, Dr. **Maurício Telles Barbosa**, devorante denominada simplesmente **SSP**, e da **Procuradoria Geral do Estado**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 370, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob nº 04.139.403/0001-77, neste ato representada pelo Procurador-Geral do estado Dr. **Paulo Moreno Carvalho**, doravante denominada **PGE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Convênio de Cooperação Técnica, cujo objeto é *"propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990"*, firmado em 07 de março de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

O período de vigência fica **prorrogado por mais 04 (quatro) anos**, ficando convalidada sua vigência com efeitos a partir de 07 de março de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador, 14 de março de 2018


RUI COSTA

Governador Do Estado Da Bahia


EDIENE SANTOS LOUSADO

Procuradora-Geral De Justiça


PAULO MORENO CARVALHO

Procurador-Geral do Estado


GESIVALDO BRITTO

Presidente Do Tribunal De Justiça Do Estado Da Bahia


MAURÍCIO TELES BARBOSA

Secretário de Segurança Pública Do Estado


MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

Secretário da Fazenda do Estado

TESTEMUNHAS:

1ª _____

NOME:

CPF:

2ª _____

NOME:

CPF:



ADESBA, para atuar na área do trabalho, na forma requerida e em conformidade com os arts. 11 e 12 da Lei nº 8.647, de 29 de julho de 2003.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 09 de outubro de 2018.

RUI COSTA
Governador

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e à vista do constante do Processo nº 1600180030434,

RESOLVE

qualificar, como Organização Social, a COOPERAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO E TRABALHO COLETIVO - CTEC, para atuar na área do trabalho, na forma requerida e em conformidade com os arts. 11 e 12 da Lei nº 8.647, de 29 de julho de 2003.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 09 de outubro de 2018.

RUI COSTA
Governador

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e à vista do constante do Processo nº 1600180019619,

RESOLVE

qualificar, como Organização Social, a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO - ADELNOR, para atuar na área do trabalho, na forma requerida e em conformidade com os arts. 11 e 12 da Lei nº 8.647, de 29 de julho de 2003.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 09 de outubro de 2018.

RUI COSTA
Governador

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e à vista do constante do Processo nº 1600180016342,

RESOLVE

qualificar, como Organização Social, o INSTITUTO DE GESTÃO E POLÍTICAS SOCIAIS - II, para atuar na área do trabalho, na forma requerida e em conformidade com os arts. 11 e 12 da Lei nº 8.647, de 29 de julho de 2003.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 09 de outubro de 2018.

RUI COSTA
Governador

DESPACHOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Participes: O Estado da Bahia, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Ministério Público do Estado da Bahia.

Objeto: Prorrogação do período de vigência do Convênio de Cooperação Técnica, cujo objeto é "propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990", firmado em 07 de março de 2014.

Vigência: O período de vigência fica prorrogado por mais 04 (quatro) anos, ficando convalidada sua vigência com efeitos a partir de 07 de março de 2018.

Data da Assinatura: 14 de maio de 2018.

Assinam: **RUI COSTA**
Governador do Estado da Bahia

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral do Estado da Bahia

MAURÍCIO TELES BARBOSA
Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia

GESIVALDO BRITTO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

PAULO MORENO CARVALHO
Procurador-Geral do Estado da Bahia



Acesse nosso site:
www.egba.ba.gov.br

Certificação Digital

Garante a autenticidade
e não-repúdio nas
transações eletrônicas.

Contato:
71 3116-2137



Empresa Gráfica da Bahia

www.egba.ba.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Trata-se de comunicação interna em que é noticiada a proximidade do término da vigência (19/03/2022) do Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre este *Parquet*, o Tribunal de Justiça da Bahia, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, cuja finalidade se consubstancia em “Propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990”.

O aludido Termo de Cooperação Técnica tem se mostrado extremamente relevante nos trabalhos inerentes ao CIRA, em sua missão precípua de recuperação de ativos, e na persecução penal nos crimes contra a ordem tributária.

Assim, entendemos ser de suma importância a renovação do termo, a fim de que se dê continuidade à exitosa experiência do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos.

Ante o exposto, submeto a presente CI à apreciação do douto Promotor de Justiça Dr. Luis Alberto Vasconcelos Pereira para que, caso entenda pertinente e na qualidade de Secretário do CIRA, promova as tratativas necessárias à renovação do termo.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

HUGO CASCIANO DE SANT'ANNA

Promotor de Justiça/Coordenador do GAESF



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Casciano de Santana** em 07/02/2022, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0286717** e o código CRC **E7536E17**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

- Trata-se de comunicação interna em que é noticiada a proximidade do término da vigência do Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre este *Parquet*, o Tribunal de Justiça da Bahia, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, cuja finalidade se consubstancia em “Propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990”.
- Em Manifestação (0286717), o Coordenador do GAESF, Dr. Hugo Casciano de Santana, ressaltou que o aludido Termo de Cooperação Técnica tem se mostrado extremamente relevante nos trabalhos inerentes ao CIRA, em sua missão precípua de recuperação de ativos, e na persecução penal nos crimes contra a ordem tributária. Após, encaminhou o presente expediente para apreciação do Coordenador deste Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social - CEOSP.
- Diante do exposto, este Centro de Apoio sinaliza o interesse dos partícipes na renovação do Termo de Cooperação Técnica em comento e remete o presente expediente à DCCL- Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, para elaboração de minuta, explicitando que os partícipes do presente acordo de cooperação são instituições de “notório” conhecimento, o que fundamenta a dispensa de apresentação dos documentos de identificação dos órgãos integrantes.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Alberto Vasconcelos Pereira** em 18/02/2022, às 11:19, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0295591** e o código CRC **07D8F3C8**.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.937.073/0001-56 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/12/1974
NOME EMPRESARIAL BAHIA SECRETARIA DA FAZENDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BAHIA SFI GABINETE DO SECRETARIO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 102-3 - Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal		
LOGRADOURO 2 AV CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	NÚMERO 260	COMPLEMENTO *****
CEP 41.745-003	BAIRRO/DISTRITO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	MUNICÍPIO SALVADOR
		UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO FALECONOSCO@SEFAZ.BA.GOV.BR		TELEFONE (71) 3319-2501
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) BA		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/01/2003
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/02/2022 às 11:15:12 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.937.149/0001-43 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/12/1974
NOME EMPRESARIAL BAHIA SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BAHIA SSP GABINETE DO SECRETARIO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.24-8-00 - Segurança e ordem pública		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 102-3 - Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal		
LOGRADOURO 4 AV CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	NÚMERO 430	COMPLEMENTO : CAB;
CEP 41.745-002	BAIRRO/DISTRITO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	MUNICÍPIO SALVADOR
		UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO AMARTINS@PCIVIL.BA.GOV.BR		TELEFONE (71) 3115-1911/ (71) 3115-1914
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) BA		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/02/2022 às 11:16:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.139.403/0001-77 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/04/1966
NOME EMPRESARIAL PROCURADORIA GERAL DO ESTADO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PGE		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.22-1-00 - Defesa		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 102-3 - Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal		
LOGRADOURO AV TERCEIRA AVENIDA	NÚMERO 310	COMPLEMENTO *****
CEP 41.745-005	BAIRRO/DISTRITO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	MUNICÍPIO SALVADOR
ENDEREÇO ELETRÔNICO gab@pge.ba.gov.br		TELEFONE (71) 3115-6793/ (71) 3115-3976
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) BA		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/04/1966	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/02/2022 às 11:17:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL,
PARA ATUAÇÃO CONJUNTA NA APURAÇÃO E POSTERIOR
PROCESSAMENTO DOS CRIMES CONTRA A ORDEM
TRIBUTÁRIA.**

O ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pelo Governador do Estado, Dr. **Rui Costa**, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado por seu Presidente, Dr. **Nilson Soares Castelo Branco** e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica firmado entre os participantes em 07 de março de 2014, para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

Para definição específica das competências de cada órgão e operacionalização do presente convênio, a atuação do Estado da Bahia se dará através da **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, no 260, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.073/0001-56, neste ato representada por seu Secretário, Dr. **Manoel Vitorio da Silva Filho**, doravante denominada simplesmente **SEFAZ**, da **Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, no 430, 4ª Avenida, inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.149/0001-43, neste ato, representada pelo seu Secretário, Dr. **Ricardo César Mandarin Barretto**, doravante denominada simplesmente **SSP**, e da Procuradoria Geral do Estado, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, no 370, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 04.139.403/0001-77, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Estado, Dr. **Paulo Moreno Carvalho**, doravante denominada **PGE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do período de vigência do Convênio de Cooperação Técnica, cujo objeto é *"propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal no 8.137, de 27 de dezembro de 1990"*, firmado em 07 de março de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

O prazo de vigência do ajuste original fica **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar de **xx de xxxx de 2022**, ficando convalidados os atos decorrentes do ajuste originariamente celebrado entre as partes eventualmente praticados ao longo da tramitação do procedimento administrativo para celebração do aditivo.



CLÁUSULA TERCEIRA -DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador/BA, ____ de _____ de 2022.

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti
Procuradora-Geral de Justiça

Rui Costa
Governador do Estado da Bahia

Nilson Soares Castelo Branco
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia

Manoel Vitório da Silva Filho
Secretário da Fazenda do Estado

Ricardo César Mandarinó Barretto
Secretário de Segurança Pública do Estado

Paulo Moreno Carvalho
Procurador-Geral do Estado



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o presente expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica, após elaboração da correspondente minuta do termo aditivo por esta Coordenação (documento 0299003).

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 21/02/2022, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0299031** e o código CRC **D33C8C6D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº: 19.09.02328.0000621/2022-70

ORIGEM: DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

ASSUNTO: CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO. ADITAMENTO.

EMENTA: ADITAMENTO. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA. REQUISITO DO ART. 179, LEI ESTADUAL Nº 9.433/2005. CONVALIDAÇÃO. ART. 41 DA LEI ESTADUAL Nº 12.209/2011. PELO DEFERIMENTO E APROVAÇÃO DA MINUTA.

PARECER Nº. 137/2022

Trata-se de minuta de Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnico celebrado entre este **Ministério Público, o Estado da Bahia e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, que têm como objeto propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, com o propósito específico de **prorrogar a vigência do acordo por mais 02 (dois) anos, a partir de 07/03/2022.**

Instrui o feito: manifestações dos Coordenadores do GAESF e do CEOSP; cópias do ajuste original e termo aditivo anterior; minuta do termo aditivo que se pretende subscrever; comprovantes de inscrição no CNPJ da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia e da Procuradoria Geral do Estado, órgão representativos do Estado da Bahia; além de despacho da DCCL.

Manifestando-se sobre o presente aditivo, o Promotor de Justiça Hugo Casciano de Santana, Coordenador do GAESF, salienta, *in litteris*:

"(...) O aludido Termo de Cooperação Técnica tem se mostrado extremamente relevante nos trabalhos inerentes ao CIRA, em sua missão precípua de recuperação de ativos, e na persecução penal nos crimes contra a ordem tributária.

Assim, entendemos ser de suma importância a renovação do termo, a fim de que se dê continuidade à exitosa experiência do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos. (...)"

Por sua vez, o Coordenador do CEOSP, Promotor de Justiça Luis Alberto Vasconcelos Pereira, além de ratificar a manifestação do GAESF, ressalta, nos exatos termos:

"(...) Diante do exposto, este Centro de Apoio sinaliza o interesse dos partícipes na renovação do Termo de Cooperação Técnica em comento e remete o presente expediente à DCCL - Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, para elaboração de minuta, explicitando que os partícipes do presente acordo de cooperação são instituições de 'notório' conhecimento, o que fundamenta a dispensa de apresentação dos documentos de identificação dos órgãos integrantes."

A legislação permite o quanto pretendido, desde que necessário ao atendimento dos fins visados pelos partícipes, consoante art. 179 da Lei Estadual nº 9.433/2005. Ademais, o instrumento de Cooperação original prevê, em sua Cláusula Décima Sexta, a possibilidade de prorrogação da vigência do pacto, através de termo aditivo.

Considerando a exiguidade de tempo entre a tramitação do expediente epigrafo e a ulterior assinatura do termo aditivo pelos partícipes, esta Assessoria Técnico-Jurídica entende pertinente a sugestão de convalidação dos atos que, porventura, venham a ser praticados a partir de 07/03/2022, consoante previsão da minuta correlata.

A convalidação é instituto previsto no art. 41, da Lei Estadual nº. 12.209/2011¹, sendo possível sua utilização quando houver vícios sanáveis que não acarretem lesão ao interesse público, à moralidade administrativa ou prejuízo a terceiros. A doutrina aponta como vícios sanáveis aqueles atinentes à competência e à forma.

Na hipótese, verifica-se o prévio acordo de vontades entre os partícipes, razão pela qual eventual vício de forma é passível de convalidação

pela posterior assinatura do aditivo e consequente publicação. Ressalte-se, ademais, tratar-se de Convênio de Cooperação, em que os interesses das partes são convergentes.

Por derradeiro, a minuta do respectivo instrumento obedece às normas da teoria geral dos contratos, contendo, em síntese, ementa, preâmbulo, objeto, alteração e ratificação das demais cláusulas da avença.

Assim, estando a hipótese em consonância com as disposições legais e, caso a Procuradoria-Geral de Justiça entenda que há interesse administrativo no objeto do Acordo, **esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pelo aditamento, aprovando a minuta de Termo Aditivo apresentada.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 24 de fevereiro de 2022.

Belª. Maria Paula Simões Silva
Assessora/SGA
Matricula [REDACTED]

Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assistente de Gestão II
Apoio Processual ATJ/SGA
Matricula [REDACTED]

¹ Art. 41 - Os atos que apresentarem defeitos sanáveis deverão ser convalidados pela própria Administração, desde que não acarretem lesão ao interesse público, à moralidade administrativa ou prejuízo a terceiros.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 24/02/2022, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Glauccio Matos Santos Cerqueira** em 24/02/2022, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0301894** e o código CRC **71857CBF**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 137/2022, relativo à minuta de Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnico a ser celebrado entre o **Ministério Público**, o **Estado da Bahia** e o **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, com a finalidade de propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, com o propósito específico de **prorrogar a vigência do acordo por mais 02 (dois) anos, a partir de 07/03/2022**.

Encaminhe-se o presente expediente à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para ciência e adoção de providências julgadas necessárias.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 25/02/2022, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0302334** e o código CRC **FEAC0FDF**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

- Autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça.
- Retorne-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações - DCCL e à Coordenação do CEOSP, para diligências quanto a assinatura.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES

Promotor de Justiça
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Maia Souza Marques** em 08/03/2022, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0303961** e o código CRC **7BBEF0BE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a conclusão do procedimento administrativo cabível, encaminhamos o expediente para o CEOSP para que seja diligenciada a coleta de assinatura da(s) instituição(ões) parceira(s).

Para tanto, anexamos ao presente, em formato editável, o arquivo final a ser assinado, o qual somente pode ser alterado no que diz respeito ao nome dos representantes dos órgãos signatários.

Esclarecemos, no ensejo, que a assinatura do ajuste deverá ocorrer, alternativamente (e conforme ordem de prioridade) da seguinte forma:

1. Preferencialmente, o documento poderá ser assinado VIA SEI/MPBA (Sistema eletrônico de informações - MPBA). Nesta hipótese será necessário atender às seguintes etapas:
 - a) 1º Preencher o cadastro de usuário externo: https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo_enviar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0
 - b) 2º seguir as orientações descritas no link para encaminhamento da documentação: <https://portalsei.mpba.mp.br/acesso-externo/local-de-entrega-das-documentacoes/>
2. Alternativamente, o documento poderá ser assinado digitalmente. **Nesta hipótese, faz-se necessário que a assinatura seja aposta em todas as páginas do documento e, ainda, que seja encaminhado, também, o certificado de validação da assinatura digital.**
3. **Por fim, e excepcionalmente, o documento poderá ser assinado fisicamente, em 02 (duas) vias, as quais, após assinatura, deverão ser enviadas à esta Coordenação para coleta de assinatura do representante do Ministério Público do Estado da Bahia.**

Após, retorne-se o expediente, com as vias assinadas, para que sejam adotadas as demais providências cabíveis.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 08/03/2022, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0308131** e o código CRC **A7EC4B17**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

- Este Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social - CEOSP retorna o presente expediente à DCCL - Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, a fim de que retifique o prazo constante na minuta encaminhada.
- Ressalta-se que o interesse deste CAO é na renovação do presente Convênio de Cooperação Técnica por **4 (quatro)** anos, conforme primeiro aditivo realizado.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Alberto Vasconcelos Pereira** em 08/03/2022, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0308426** e o código CRC **5F66ED13**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a manifestação do Centro de Apoio interessado, bem assim, tendo em vista que o parecer da Assessoria Jurídica se manifestou expressamente acerca da prorrogação por 02 (dois) anos (nos estritos termos do quanto previsto na minuta inicialmente elaborada por esta unidade), remetemos o expediente àquela unidade para análise do pleito da unidade interessada.

Havendo manifestação favorável acerca da alteração do prazo para prorrogação (de 02, como inicialmente previsto para 04 anos - como previsto no primeiro temro aditivo), solicitamos a devolução do expediente para o ajuste na minuta e posterior encaminhamento à demandante para coleta de assinaturas.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 08/03/2022, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0308466** e o código CRC **D582BC8A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a prévia análise da minuta do Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnico celebrado entre este Ministério Público, o Estado da Bahia e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, por esta unidade consultiva;

Considerando que a retificação do instrumento, proposta pelo CEOSP (0308426), envolve a modificação do novo prazo de vigência, que passará de 02 (dois) para 04 (quatro) anos;

Considerando a regularidade da alteração pleiteada, e que a mesma não desnatura o objeto do acordo institucional;

Considerando o princípio da eficiência, insculpido no *caput* do art. 37 da Constituição Federal;

Esta Assessoria Técnico-Jurídica reitera o posicionamento manifestado no Parecer nº 137/2022 (evento 0301894), recomendando a juntada de nova minuta pela DCCL, de forma a contemplar o pleito formulado pelo CEOSP (0308426).

Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, 08 de março de 2022.

Belª. Maria Paula Simões Silva
Assessora/SGA
Matrícula [REDACTED]

Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assistente de Gestão II
Apoio Processual ATJ/SGA
Matrícula [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 08/03/2022, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Glauccio Matos Santos Cerqueira** em 08/03/2022, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0308578** e o código CRC **1F9F455F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para atendimento ao quanto solicitado pela mencionada Assessoria.

Frederico Welington Silveira Soares.
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 09/03/2022, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0308744** e o código CRC **EE0F2062**.



DESPACHO

Considerando a conclusão do procedimento administrativo cabível, encaminhamos o expediente para o CEOSP para que seja diligenciada a coleta de assinatura da(s) instituição(ões) parceira(s), após o ajuste no prazo de prorrogação a ser efetivado com a celebração do aditivo, nos termos solicitados pelo mencionado Centro de Apoio.

Para tanto, anexamos ao presente, em formato editável, o arquivo final a ser assinado, o qual somente pode ser alterado no que diz respeito ao nome dos representantes dos órgãos signatários.

Esclarecemos, no ensejo, que a assinatura do ajuste deverá ocorrer, alternativamente (e conforme ordem de prioridade) da seguinte forma:

1. Preferencialmente, o documento poderá ser assinado VIA SEI/MPBA (Sistema eletrônico de informações - MPBA). Nesta hipótese será necessário atender às seguintes etapas:
 - a) 1º Preencher o cadastro de usuário externo: https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo_enviar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0
 - b) 2º seguir as orientações descritas no link para encaminhamento da documentação: <https://portalsei.mpba.mp.br/acesso-externo/local-de-entrega-das-documentacoes/>
2. Alternativamente, o documento poderá ser assinado digitalmente. **Nesta hipótese, faz-se necessário que a assinatura seja aposta em todas as páginas do documento e, ainda, que seja encaminhado, também, o certificado de validação da assinatura digital.**
3. **Por fim, e excepcionalmente, o documento poderá ser assinado fisicamente, em 02 (duas) vias, as quais, após assinatura, deverão ser enviadas à esta Coordenação para coleta de assinatura do representante do Ministério Público do Estado da Bahia.**

Após, retorne-se o expediente, com as vias assinadas, para que sejam adotadas as demais providências cabíveis.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 09/03/2022, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0309865** e o código CRC **88027018**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

- Informo que na data de hoje, 10/03/2022, este Centro de Apoio deu início às diligências necessárias para a coleta de assinatura das instituições partícipes do presente convênio.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Alberto Vasconcelos Pereira** em 10/03/2022, às 10:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0310096** e o código CRC **9C8515DD**.



**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL,
PARA ATUAÇÃO CONJUNTA NA APURAÇÃO E POSTERIOR
PROCESSAMENTO DOS CRIMES CONTRA A ORDEM
TRIBUTÁRIA.**

O ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pelo Governador do Estado, Dr. Rui Costa, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado por seu Presidente, Dr. Nilson Soares Castelo Branco e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica firmado entre os partícipes em 07 de março de 2014, para os devidos fins e na forma especificada a seguir:

Para definição específica das competências de cada órgão e operacionalização do presente convênio, a atuação do Estado da Bahia se dará através da **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, no 260, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.073/0001-56, neste ato representada por seu Secretário, Dr. Manoel Vitório da Silva Filho, doravante denominada simplesmente **SEFAZ**, da **Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, no 430, 4ª Avenida, inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.149/0001-43, neste ato, representada pelo seu Secretário, Dr. Ricardo César Mandarino Barretto, doravante denominada simplesmente **SSP**, e da Procuradoria Geral do Estado, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, no 370, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 04.139.403/0001-77, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Estado, Dr. Paulo Moreno Carvalho, doravante denominada **PGE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do período de vigência do Convênio de Cooperação Técnica, cujo objeto é *"propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal no 8.137, de 27 de dezembro de 1990"*, firmado em 07 de março de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

O prazo de vigência do ajuste original fica **prorrogado por mais 04 (quatro) anos**, a contar de 20 de março de 2022, ficando convalidados os atos decorrentes do ajuste originariamente celebrado entre as partes eventualmente praticados ao longo da tramitação do procedimento administrativo para celebração do aditivo.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento original, em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Salvador/BA.

Rui Costa
Governador do Estado da Bahia

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti
Procuradora-Geral de Justiça

Paulo Moreno Carvalho
Procurador-Geral do Estado

Nilson Soares Castelo Branco
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia

Ricardo César Mandarinô Barreto
Secretário de Segurança Pública do Estado

Manoel Vitorio da Silva Filho
Secretário da Fazenda do Estado



nomear **MARIZA SARMENTO SILVA DE ARAÚJO** para o cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, da Assessoria de Planejamento e Gestão, da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização.

exonerar, a pedido, **JANE CLEIDE LOPES DOS SANTOS** do cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, do Núcleo Territorial de Educação - NTE 14, sede Itaberaba - Território de identidade: Piemonte do Paraguaçu, da Secretaria da Educação.

tornar sem efeito, a partir da data de sua edição, a nomeação de **RENALVA AGUIAR LUZ PEREIRA** para o cargo de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2D, do Núcleo Regional de Saúde - NRS Extremo Sul, da Secretaria da Saúde, publicada no Diário Oficial do Estado de 13.05.2022.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 13 de maio de 2022.

RUI COSTA
Governador

GABINETE DO GOVERNADOR

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Convenientes: O Estado da Bahia, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Ministério Público do Estado da Bahia.

Objeto: Prorrogação do período de vigência do Convênio de Cooperação Técnica, cujo objeto é **"propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990."**

Vigência: O prazo de vigência é de 04 (quatro) anos, ficando convalidada sua vigência com efeitos a partir de 20 de março de 2022.

Data da Assinatura: 12 de maio de 2022.

Assinam: **RUI COSTA** **NILSON SOARES CASTELO BRANCO**
Governador do Estado da Bahia Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI **MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO**
Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

RICARDO CÉSAR MANDARINO BARRETTO **PAULO MORENO CARVALHO**
Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia Procurador-Geral do Estado da Bahia

CASA CIVIL

Portaria Nº 00419308 de 13 de Maio de 2022

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO EM EXERCÍCIO do(a) CASA CIVIL - CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, **resolve** designar **MANUELA PASSOS DE ALMEIDA**, matrícula nº [REDACTED], para, em razão de Férias no período de 23 de Maio de 2022 a 03 de Junho de 2022, substituir **DAGMAR COSTA NERY**, matrícula nº 14346188, no cargo Coordenador II, do(a) COOR.RECURSOS HUMANOS.

CARLOS PALMA DE MELLO
CASA CIVIL

PORTARIA Nº 005 DE 13 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA GERAL, DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE

INSTAURAR o Processo Administrativo de nº 014.1509.2022.0001983-26, designando a Comissão Processante constituída pela Portaria nº 05, de 18 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado, em 19 de janeiro de 2022, com a finalidade de apurar as irregularidades praticadas pela Empresa Grupo Load Comércio e Serviços Eireli., contratada pela Casa Civil em 13 de abril de 2022, através de Dispensa de Licitação nº 33.003.2022.0012, em virtude de haver indícios de que teria incorrido em inexecução contratual, comportamento que se amolda ao ilícito administrativo previsto no art. 185, Inciso IV, da Lei nº 9.433/05, o que, se comprovado, poderá ensejar a aplicação das sanções dispostas no art. 186 e seus incisos da supra citada Lei.

DIRETORIA GERAL, em 13 de maio de 2022.

CECÍLIA PINHEIRO SOUZA
Diretora Geral

Empresa Gráfica da Bahia – EGBA

PORTARIA Nº 066 / 2022

O DIRETOR GERAL DA EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA - EGBA, no uso de suas atribuições; considerando o que consta do Processo SEI nº 052.2973.2022.0001292-52, de 25/04/2022, e com base na **"SUBSEÇÃO I - FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS"**, do Regulamento de Licitações e Contratos da EGBA, Art. 164, **R E S O L V E**. Designar o empregado **FABIO DE OLIVEIRA DIAS**, matrícula [REDACTED] para substituir a empregada **ALINE DA CRUZ FONSECA**, matrícula [REDACTED] como Fiscal do CONTRATO Nº 2020.0016.00, firmado entre a EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA - EGBA e a TELEMAR NORTE LESTE S/A. Salvador, 13 de maio de 2022. Robson Santos de Araújo - Respondendo pela Diretoria Geral

DIÁRIO OFICIAL PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras, com baixo custo e segurança.

EGBA: 71 3116 2850 / 2133
www.egba.ba.gov.br

SERVIÇOS GRÁFICOS

EGBA: 71 3116 2837/2838 • www.egba.ba.gov.br

GESTÃO DA INFORMAÇÃO GOVERNO DO ESTADO

LOGÍSTICA

De materiais, produtos e equipamentos, compreendendo coleta, recebimento, distribuição, movimentação, armazenamento, com gerenciamento e controle das informações.

CASA CIVIL
GOVERNO DO ESTADO

Sede Egba
71 3117 2517/2535
www.egba.ba.gov.br

DOOL
dool.egba.ba.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a conclusão do procedimento para celebração do ajuste, informamos que concluímos o expediente neste Coordenação.

Por fim, após a prorrogação decorrente do aditivo, registramos que o ajuste encontra-se catalogado nesta Coordenação sob o código D 026, com vigência final em 20/03/2026.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 23/05/2022, às 14:14, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0367847** e o código CRC **0C45D4BD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Ciente da publicação do Termo Aditivo.
Dou por concluído o presente processo.
Salvador, 27/05/2022.

Hugo Casciano de Sant'Anna

Promotor de Justiça

Coordenador do GAESF



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Casciano de Santana** em 27/05/2022, às 09:05, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0371712** e o código CRC **0701C306**.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ofício nº 017/2018 – CCC

Ref.: Convênio de Cooperação Técnica – Estado da Bahia e Tribunal de Justiça

Salvador, 17 de abril de 2018.

Ilustríssimo Senhor Chefe de Gabinete,

Cumprimentando-o cordialmente, noticiamos a Vossa Senhoria o termo final de vigência (06/03/2018) do Convênio de cooperação técnica, celebrado entre este *Parquet*, o Estado da Bahia e o Tribunal de Justiça, cuja finalidade se consubstanciou em “**propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando da agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990**” (cópia em anexo).

Deste modo, solicitamos que, caso haja interesse interinstitucional na celebração de novo ajuste nos mesmos termos daqueles outrora pactuados, seja procedida a interlocução necessária com o(s) demais Conveniente(s), com consequente encaminhamento de minuta de Convênio a este Ministério Público, para que possamos promover o trâmite administrativo necessário à sua aprovação e posterior celebração.

Com os nossos cumprimentos,



Carlos Bastos Stucki
Coordenador Executivo
Coordenação de Contratos e Convênios
Ministério Público do Estado da Bahia
Matrícula [REDACTED]

Ilustríssimo Senhor
Adriano Chagas
Chefe de Gabinete
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
2ª Avenida, nº 260 – CAB
CEP 41.745-003
Salvador - Ba



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE À
SONEGAÇÃO FISCAL E AOS CRIMES CONTRA A
ORDEM TRIBUTÁRIA
GAESF**

Salvador, 07 de março de 2018.

Ofício nº 36/2018- MP/GAESF

Excelentíssimo Senhor

Dr. Geder Luiz Rocha Gomes

Procurador de Justiça

Secretário-Geral do Cira

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça
Número: **003.0.6226/2018** Original
Data: 7/3/2018 Hora: 16:09
Qt. Vol.: Recebido por: magaly

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência a CI. nº 020/2018, oriunda da Coordenação de Contratos e Convênios, para conhecimento e a necessária interlocução com os convenientes.

Atenciosamente,

LUÍS ALBERTO VASCONCELOS PEREIRA

Promotor de Justiça

Coordenador/GAESF



CI. nº 020/2018 – CCC

Ref.: Vigência – Convênio de Cooperação Técnica – Estado da Bahia e Tribunal de Justiça

Salvador, 21 de fevereiro de 2018.


Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Coordenador,


Noticiamos a Vossa Excelência a proximidade do termo final de vigência (06/03/2018) do Convênio de cooperação técnica, celebrado entre este *Parquet*, o Estado da Bahia e o Tribunal de Justiça, cuja finalidade se consubstancia em "**propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando da agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990**".

Considerando que eventual renovação do Termo deve ser promovida durante o prazo original de vigência do mesmo, solicitamos que, caso haja interesse institucional na manutenção do ajuste, seja procedida a interlocução necessária com o(s) Conveniente(s), com consequente encaminhamento de minuta de Termo Aditivo a esta Unidade, para que possamos promover o trâmite administrativo necessário à sua aprovação e posterior celebração.

Caso não haja interesse institucional na prorrogação, ou haja qualquer fato que impossibilite o aditamento do instrumento, solicitamos a Vossa Excelência que seja informada esta Unidade, para fins de cadastramento e arquivamento do expediente correlato.

Com os nossos cumprimentos,


Carlos Bastos Stucki
Coordenador Executivo
Coordenação de Contratos e Convênios
Matrícula [REDACTED]

MINISTÉRIO PÚBLICO - GAEST
RECEBIDO EM 23/02/2018
ASS.: 
CAD.: 352994

Excelentíssimo Senhor

Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Promotor de Justiça Coordenador

Grupo de Atuação Especial de Combate à sonegação Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária -GAESF

Ministério Público do Estado da Bahia

Av. Tancredo Neves, nº 450, Edf. Suarez Trade, 25º andar, sl. 2502, Caminho das Árvores, Salvador-BA.

CEP: 41820-901

C/C Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Estado da Bahia

GABINETE
DO
GOVERNADOR

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O ESTADO DA BAHIA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, PARA ATUAÇÃO CONJUNTA NA APURAÇÃO E POSTERIOR PROCESSAMENTO DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.

O ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pelo Governador o Estado, Dr. Jaques Wagner, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado por seu Presidente, Dr. Eserval Rocha, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, neste ato representado pelo Procurador Geral de Justiça, Dr. Wellington César Lima e Silva, resolvem celebrar o presente convênio, na forma que segue.

Para definição específica das competências de cada órgão e operacionalização do presente convênio, a atuação do Estado da Bahia se dará através da **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, nº 260, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.073/0001-56, neste ato representada por seu Secretário, Dr. Manoel Vitório da Silva Filho, doravante denominada simplesmente **SEFAZ**, da **Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, nº 430, 4ª Avenida, inscrita no CNPJ sob o nº 13.937.149/0001-43, neste ato, representada pelo seu Secretário, Dr. Maurício Barbosa Telles, doravante denominada simplesmente **SSP**, e da **Procuradoria Geral do Estado**, situada na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 370, Centro Administrativo da Bahia (CAB), inscrita no CNPJ sob o nº 04.139.403/0001-77, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Estado Dr. Rui Moraes Cruz, doravante denominada **PGE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REGÊNCIA

O presente convênio será regido pelas cláusulas e condições ora estabelecidas, com vistas a operacionalizar as disposições legais existentes, respeitando as competências constitucionais e legais de cada entidade, órgão ou instituição de poder.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INTEGRAÇÃO NAS AÇÕES

Os convenientes deverão orientar os respectivos agentes públicos e servidores para viabilizar a integração nas ações conjuntas implementadas e dar conhecimento a todos os seus integrantes dos termos do presente convênio, bem como das exigências decorrentes da legislação em vigor sobre o assunto.

Estado da Bahia

GABINETE DO GOVERNADOR

§ 1º Os servidores, quando designados para ações em força-tarefa, serão instalados em um mesmo prédio, a fim de facilitar a integração, comunicação e a tramitação célere dos processos a eles destinados.

§ 2º Cada órgão signatário do presente Convênio indicará um responsável pelo acompanhamento das ações conjuntas no âmbito de sua respectiva atuação institucional.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO CONVÊNIO

As ações a serem desenvolvidas para a consecução dos objetivos do presente Convênio serão implementadas pelos seguintes órgãos:

I - DO ESTADO DA BAHIA:

- a) SEFAZ - por intermédio da Superintendência de Administração Tributária (SAT) e suas unidades: Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis (Copec) e Diretorias de Administração Tributária (DAT) das regiões Metropolitana, Sul e Norte.
- b) SSP - por intermédio da Superintendência de Inteligência (SI) do Departamento de Polícia Técnica (DPT) e da Polícia Civil através da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap).
- c) PGE - por intermédio da Procuradoria Fiscal (Profis), Representações Regionais e do Núcleo de Controle Administrativo e Disciplinar.

II - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA - por intermédio da sua Presidência.

III - MINISTÉRIO PÚBLICO - por intermédio do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, Contra as Relações de Consumo, Contra a Economia Popular e os conexos previstos na Lei nº 9.609/98 (Gaesf) e das Promotorias Especializadas no combate a sonegação fiscal de âmbito regional.

CLÁUSULA QUINTA - DAS COMPETÊNCIAS DO ESTADO DA BAHIA

Compete ao Estado da Bahia, por intermédio dos seguintes órgãos:

I - SEFAZ:

1. Superintendência de Administração Tributária (SAT):

- a) Disponibilizar aos demais convenientes acesso à consulta ao Cadastro de Informações do Contribuinte, de Crédito Tributário, e de registro da dívida ativa que configurar crime contra a ordem tributária.
- b) Efetuar no âmbito de competência da SEFAZ, a normatização dos procedimentos administrativos para o acompanhamento de notícia-crime ao Ministério Público, nos casos em que se configurem indícios de crimes contra a ordem tributária ou conexos.

Estado da Bahia

GABINETE DO GOVERNADOR

- c) Assumir a integralidade das despesas com locomoção e transporte, pagamento de diárias, material de consumo, podendo ainda assumir aluguel de imóvel, fornecimento de móveis, e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento do presente Convênio, observados os limites legais e respeitada a disponibilidade orçamentária.
- d) Promover a realização de seminários, treinamentos e cursos de capacitação técnica sobre temas pertinentes ao combate ao crimes contra ordem tributária e afins, e viabilizar a participação de servidores vinculados aos órgãos convenientes.

2. Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip):

- a) Produzir conhecimentos reveladores de fraudes fiscais praticados por indivíduos, empresas e grupos organizados para a prática de crimes contra a ordem tributária, elaborando os Relatórios de Inteligência Fiscal.
- b) Planejar e acompanhar as ações de busca de elementos de prova, com vistas ao cumprimento de mandados judiciais.
- c) Orientar e acompanhar as auditorias fiscais de constituição do crédito, decorrentes das ações conjuntas.
- d) Elaborar Relatórios de Inteligência Fiscal, para subsidiar os Processos Administrativos Fiscais (PAF) inscritos na dívida ativa.

3. Diretorias de Administração Tributária (DAT), de acordo com o critério geográfico de ocorrência de fatos relativos a prática de crimes contra a ordem tributária, e da Coordenação de Fiscalização de petróleo e Combustíveis (Copec):

- a) Disponibilizar equipe de servidores fazendários com vistas ao cumprimento de mandados judiciais para busca e apreensão de elementos de prova.
- b) Disponibilizar equipe de fiscalização para a realização das auditorias fiscais necessárias à constituição dos créditos.

II - SSP:

1. Superintendência de Inteligência (SI):

- a) Executar as medidas judiciais cautelares de interceptação telefônica, telemática, quebra de sigilo bancário e fiscal previstas na Lei.
- b) Reunir, analisar e difundir dados e conhecimento de interesse dos órgãos convenientes, notadamente no que tange aos crimes de natureza tributária.
- c) Prestar apoio no que concerne ao planejamento e execução das operações policiais feitas em força-tarefa.

Estado da Bahia

GABINETE DO GOVERNADOR

- d) Disponibilizar para consulta o Portal de Inteligência da SSP.
- e) Coletar, reunir e disponibilizar, com o auxílio do LAB/LD, dados referentes a investigação dos crimes de lavagem de dinheiro.

2. Departamento de Polícia Técnica (DPT):

- a) Realizar as atribuições de sua competência, voltadas para a promoção de exames e perícias técnicas acompanhadas dos respectivos laudos e de documentos de cunho policial existentes nesse órgão.
- b) Designar, mediante solicitação, peritos para atuar nas ações em força-tarefa.

3. Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap):

- a) Disponibilizar, no mínimo, 3 (três) delegados de polícia, 3 escrivães de polícia e 3 investigadores de polícia, que deverão compor força-tarefa com promotores de justiça e auditores fiscais e/ou agentes de tributos estaduais, para atuar em ação integrada, visando dar agilidade e efetividade à aplicação da lei penal-tributária.
- b) Proceder às investigações policiais, no intuito de constituir a comprovação da materialidade e a identificação da efetiva autoria do crime contra a ordem tributária.
- c) Prestar apoio a auditores fiscais e/ou agentes de tributos estaduais em diligências e procedimentos investigatórios fiscais, bem como no cumprimento de mandados judiciais, quando requerido, designando os profissionais necessários à realização dos trabalhos (delegados, escrivães e investigadores de polícia).
- d) Comunicar à SEFAZ e ao Ministério Público notícias de crimes contra a ordem tributária recebidas diretamente ou através de outras fontes, para a adoção das providências cabíveis.
- e) Disponibilizar à SEFAZ acesso aos relatórios conclusivos dos inquéritos policiais.
- f) Disponibilizar aos demais convenetes o acesso ao Sistema Informatizado de Gestão Integrada Policial (SIGIP).

III - PGE:

- a) Designar 1 (um) Procurador do Estado, da Procuradoria Fiscal (Profis), para atuar no âmbito da força-tarefa, conforme alínea "c" do inciso I da Cláusula Quarta do presente Convênio.
- b) Atuar como assistente nas ações intentadas pelo Ministério Público, quando for o caso.
- c) Encaminhar, ao Ministério Público notícia-crime pela prática de delito contra a ordem

Estado da Bahia

GABINETE DO GOVERNADOR

tributária e correlatos, quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os Procuradores do Estado verificarem a existência de crime de ação pública, remetendo ao Órgão Ministerial as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia (art. 40, Código de Processo Penal) ou da instauração do procedimento investigatório criminal (Resolução nº 13/2006, do Conselho Nacional do Ministério Público).

- d) Promover medidas judiciais cabíveis para busca e apreensão, com vistas a embasar investigações para constituição do crédito tributário, bem como para declaração de responsabilidade tributária, quando constatada em procedimento, e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento deste Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DAS COMPETÊNCIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Compete à Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia:

- a) Realizar seminários, treinamentos e cursos de capacitação técnica de magistrados e servidores das Varas Criminais com competência em Crimes Contra a Ordem Tributária e das Varas da Fazenda Pública, quanto à matéria de sua competência.
- b) Zelar pela correta utilização de material e equipamentos de informática e de impressão disponibilizados para a consecução deste Convênio.
- c) Envidar esforços para instalar as varas de fazenda Pública prevista na Lei Orgânica do Poder Judiciário (LOI).
- d) Informatizar as Varas Criminais, e as Varas da Fazenda Pública, bem como aos Cartórios de Registros de Notas e de Imóveis do Estado da Bahia, respeitada a disponibilidade orçamentária.
- e) Zelar pela celeridade dos processos criminais contra a ordem tributária, e de execução fiscal inclusive realizando mutirões.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS COMPETÊNCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Compete ao Ministério Público:

- a) Avaliar as notícias-crime oferecidas e definir as que deverão ser objeto de apuração conjunta pela força-tarefa.
- b) Na apuração conjunta, officiar nas representações, nos inquéritos policiais, procedimentos investigatórios criminais e processos judiciais destinados a identificar e reprimir a sonegação fiscal e os crimes contra a ordem tributária.
- c) Para fins de consulta, implantar o cadastro estadual das ações judiciais relativas a ilícitos penais tributários.
- d) Promover medidas cautelares judiciais, tais como busca e apreensão, sequestro e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento deste Convênio.

Estado da Bahia

**GABINETE
DO
GOVERNADOR**

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS

O presente Convênio não envolve transferência de recursos entre os convenientes. Cada um, deverá arcar, mediante recursos próprios, com as despesas necessárias ao cumprimento das obrigações que lhes foram conferidas por este instrumento.

§ 1º - Estima-se um dispêndio de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por parte do Estado da Bahia.

§ 2º - As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da Unidade Orçamentária 03.13.004 - Diretoria Geral, Unidade Gestora 03.13.003, Diretoria Administrativa, Atividade 04.122.105.2000 - Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos, Elementos de Despesas 3.4.90.14.00 - Diárias Civil, 3.4.90.33 - Passagem e Despesas com Locomoção, 3.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.4.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física e 3.4.90.30.00 - Material de Consumo ficará sob a responsabilidade da Superintendência de Administração Tributária.

CLÁUSULA NONA DA PUBLICAÇÃO

Cada conveniente providenciará a publicação do extrato deste Convênio no órgão oficial, na forma do parágrafo primeiro do artigo 131 da Lei Estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.

O Estado da Bahia compromete-se a criar, no âmbito da estrutura administrativa competente, a Delegacia Especial de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO SIGILO

Cada conveniente deverá manter sigilo sobre as informações obtidas, conforme o disposto no art. 198 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que institui o Código Tributário Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS MEDIDAS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Com base no presente convênio, será criada no prazo de 120 dias, Comissão Especial para Recuperação de Crédito Tributário (CRCT), coordenada pela PGE e com a participação de representantes do Ministério Público e da SEFAZ, para atuar junto aos grandes contribuintes, buscando a recuperação de crédito referente aos autos de infração que apresentem, em tese, crimes contra a ordem tributária, considerando o que estabelece o art. 9º da Lei Federal nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CRIAÇÃO DO FUNDO

O Poder Executivo, após realização de estudos técnicos e mediante projeto de lei, poderá propor a criação de um fundo de equipamento dos órgãos convenientes com percentual dos créditos tributários recuperados.

Estado da Bahia

**GABINETE
DO
GOVERNADOR**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo específico, desde que não implique alteração das metas ou da natureza do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente Convênio poderá ser denunciado, por quaisquer dos convenientes, mediante notificação escrita, antes do término da execução do seu objeto, desde que respeitada a antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 1º - A denúncia na forma acima não importará em indenização em favor de quaisquer dos convenientes.


§ 2º - O descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições previstas no presente Convênio poderá acarretar a sua rescisão, arcando, neste caso, a parte inadimplente, com os danos ou prejuízos que porventura causar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio é de 04 (quatro) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, por comum interesse e conveniência das partes, através de Termo de Aditamento, desde que justificado.

E assim, por estarem acordes, firmam o presente Convênio, em 6 (seis) vias, para que surta seus efeitos jurídicos.


Salvador, 07 de março de 2014.


JAQUES WAGNER
Governador do Estado da Bahia


ESERVAL ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia


RUI MORAES CRUZ
Procurador Geral do Estado


WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça


MAURÍCIO BARBOSA TELLES
Secretário de Seg. Púb. do Estado da Bahia


MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretário da Fazenda do Estado

INSC.	NOME	DOCUMENTO	PONTUAÇÃO	CLASSE
00000000	ROQUE, ROCHA	336031302	141,47	231

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 03 de abril de 2014.

ROQUE, ROCHA
Governador em exercício

DESPACHOS

DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO

Em 03/04/2014

Processo nº 0603140069252

Origem: Secretaria da Educação/UNEB
Interessado: Edilaine Nicólaes Bastos
Despacho: Autorizar.

Processo nº 0603140069250

Origem: Secretaria da Educação/UNEB
Interessado: Fabiano Leal de Sousa
Despacho: Autorizar.

EXTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Conveniente: O Estado da Bahia, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público Estadual.
Objeto: Promover a atuação conjunta e coordenada de cada um dos atos administrativos, visando dar agilidade e eficiência na investigação e persecução das crimes contra a ordem tributária, especialmente no âmbito da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Vigência: O prazo de vigência é de 04 (quatro) anos, a contar de data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, por comum interesse e concordância das partes, através do Termo de Aditamento, desde que justificado.

Data da Assinatura: 07 de março de 2014.

Assinam:
Jagete Wagner
Governador do Estado da Bahia
Wellington César Lima e Silva
Procurador-Geral de Justiça da Bahia
Maurício Teles Barreto
Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia
Everaldo Rocha
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Maurício Vitorino da Silva Filho
Secretário da Fazenda do Estado da Bahia
Paulo Marcos Cruz
Procurador-Geral do Estado da Bahia

GABINETE DO GOVERNADOR

PORTARIA Nº 08 DE 02 DE ABRIL DE 2014

O CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

considerar designado, ÉRIKA PERICK PEREIRA, cadastro 14.443.851-3 para substituir AIDÉ RITA NUNES VIEIRA, cadastro 14.406.819-8, Assessoria II, atribuição DAS-3, do Quadro Especial de Chefes de Gabinete do Governador, do Gabinete do Governador, no período de suas férias, de 08.03.2014 a 04.04.2014.

CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR, em 02 de abril de 2014.

EDMON LOPES LUCAS

Chefe de Gabinete do Governador

PORTARIA Nº 08 DE 02 DE ABRIL DE 2014

O CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

considerar designado, LUIZ GUIMARÃES DA ROCHA, cadastro 01.468.705-5, para substituir NORMA SUELY GASPAR LOUREIRO, cadastro 01.816.896-7, Assessor Especial, atribuição DAS-3B, do Quadro Especial de Chefes de Gabinete do Governador, do Gabinete do Governador, no período de suas férias, de 01/04/2014 a 30/04/2014.

CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR, em 02 de abril de 2014.

EDMON LOPES LUCAS

Chefe de Gabinete do Governador

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 84 da Lei 6.877/84, R.E. 8 O L.V.E. Portaria nº 11/2014 - Considerar as convênções abaixo, mais 1% (um por cento) de Adicional por Tempo de Serviço, sobre seus vencimentos básicos:

NOME	NOME	%	DATA
Magda Helena Gomes	Magda Helena Gomes	7	04.03.2014
Mary Cláudia Cruz e Souza	Mary Cláudia Cruz e Souza	7	28.03.2014

EVERLI CARNALHO DE ALMEIDA
Diretora de Administração e Finanças

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO Nº 001/2014

PORTARIA Nº PGE - 012/2014

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, resolve considerar designada a Procuradora do Estado MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS ROBERTO para substituir a Procuradora Assistente, atribuição DAS-3C, Adilson Lopes Viana Dias de Andrade, que se afastará em gozo de férias, por 30 (trinta) dias, a partir de 1º de abril de 2014 em curso.

PORTARIA Nº PGE - 013/2014

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, resolve designar a Procuradora do Estado SELMA REICHE SACELAR para substituir a Procuradora Assistente, atribuição DAS-3C, Adilson Lopes Viana Dias de Andrade, que se afastará em gozo de férias, por 10 (dez) dias, a partir de 03 de abril de 2014 em curso.

PORTARIA Nº PGE - 014/2014

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, resolve designar a Procuradora do Estado NACHA GUERREIRO SOUZA AMENA para substituir a Procuradora Assistente, atribuição DAS-3C, Larissa Brito de Santos Barros, que se afastará em gozo de férias, por 10 (dez) dias, a partir de 07 de abril de 2014 em curso.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO, 03 de abril de 2014.

Ass: RUI MORAES CRUZ
Procurador Geral do Estado

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

ATO Nº 121, DE 11 DE MARÇO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em razão do Ofício nº 11/2014 recebido do Procurador Geral do Estado, e com fundamento no art. 6º, inciso XXXI do Regulamento Interno deste Tribunal, RESOLVE nomear uma Comissão composta pelos servidores TELMA ALMEIDA DE OLIVEIRA, RAUL CESAR PINHEIRO DE OLIVEIRA e LUCIANO CHAVES DE FARIAS para, sob a presidência da primeira, no prazo de 16 (dezesseis) dias, elaborar Projeto de Resolução para regulamentação de dispensa-prévia no âmbito deste Tribunal de Contas.

INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO
Conselheiro Presidente

AMBAOS JURISDIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E A SOCIEDADE EM GERAL.
O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) atua nos Juizados, servidores públicos e a sociedade em geral que, no dia 24/03/2014, iniciou a publicação de seu Diário Oficial Eletrônico, instituído pela Lei Complementar nº 38, de 08/12/2013, e regulamentado pela Resolução do Tribunal nº 010, de 13/02/2014.
Até o dia 07/04/2014, as publicações ocorriam, simultaneamente, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal e no Diário Oficial do Estado (DOE), prevendo-se, para efeito de contagem de prazo, a data da edição do DOE.
A partir de 08/04/2014, as publicações passaram a ser realizadas exclusivamente no Diário Oficial do TCE/BA, tendo em vista que este será o meio oficial e único válido para publicação e divulgação de atos processuais, administrativos e das comunicações do Tribunal de Contas do Estado.
As publicações estarão disponíveis no site oficial do Tribunal (www.tce.ba.gov.br), onde também poderá ser verificada a autenticidade da cópia impressa.

BOM DIA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2014.

Abertura dos trabalhos: 14h30min. Presenças: Presidente Ex-Of. Sr. Conselheiro NALDO ARAÚJO; Ex-Of. Sr. Conselheiro PEDRO LINO; ANTONIO HONORATO; EILTON ROCHA; GILBERTO PEREIRA FILHO; CAROLINA COSTA e a Ex-Of. Sr. Conselheira na ausência LILIAN DAMASCENO. - Presidente do Ministério Público Suplente Jure e este Tribunal: Sr. MAURICIO CALEFFI. - Representante do Ministério da Advocacia do Procurador Geral do Estado: Sr. LUCIANO ROCHA GREGO. - Assessoria Geral: Sr. SORAIA DE OLIVEIRA. - A ata da sessão anterior foi aprovada. - CONFERÊNCIA - COM. CAROLINA COSTA - PROCESSO: TCE/002796/2013 - NATUREZA: RECURSO - RECORRENTE: ROMEL REBELLO BRANDÃO - RECORRIDO: O ESTADO DA BAHIA (ACÓRDÃO 048/2014). - COM. PEDRO LINO - PROCESSO:

EDITAL Nº 01/2014

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Riachão do Jacuípe-BA, por intermédio de sua Promotora de Justiça sub-assinada, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com disposto no art. 10, §1º, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como os art. 23, I, e art. 26, §§2º e 4º, ambos da Resolução nº 08/2009 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do MP-BA, comunica a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e, especialmente aos interessados no fato, inclusive para efeito de eventual apresentação de razões escritas ou juntada de documentos, que foi promovido o arquivamento do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 720.0.37987/2011, referente ao comércio de produtos derivados do leite impróprios para consumo, cujos autos serão submetidos à apreciação e homologação pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei.

Riachão do Jacuípe, em 23 de abril de 2014.

Analizia Freitas César Júnior
Promotora de Justiça

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL

EDITAL Nº 01/2014

A 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité com atuação na área da Infância e Juventude, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao comando do art. 9º da RESOLUÇÃO nº 23/2007, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 003.0.78541/2012, considerando que ainda restam diligências a serem realizadas.

Salvador, 04 de abril de 2014.

Tiago Alves Pacheco
Promotor de Justiça

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Adesão de Voluntário

Nome	Lotação	Início	Término
Ana Luisa Peralta Almeida	Itabuna	29/04/2014	28/04/2015

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL - CONTRATO Nº 023/2014 - SGA

Processo: 003.0.49898/2014 - Dispensa nº 021/2014.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Comercial de Estivas Grande Rio Ltda - Me, CNPJ 88.784.006/0001-12.

Objeto: Fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafas fabricadas em embalagem de polipropileno, transparente, tampa de pressão e lacre, com capacidade para 20 (vinte) litros, devidamente higienizados, acopláveis a bombas elétricas, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Paulo Afonso - Ba.

Valor unitário (garrafa): R\$ 9,85 (nove reais e oitenta e cinco centavos).

Valor global anual Máximo (220 garrafas): R\$ 2.167,00 (dois mil cento e oitenta e sete reais).

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gastosa 40.101.0003 - Fonte 100 - Ação 03.122.503.2000 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.30.

Prazo de vigência: 12 meses, a começar em 01 de abril de 2014 e a terminar em 31 de março de 2015, ficando acordado, que considerar-se-á extinto o quantitativo máximo anual estimado no item 4.2 venha a ser alcançado antecipadamente.

*Replicado por haver incorreções

RESUMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 003.0.64304/2014.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia e da Procuradoria Geral do Estado.

Objeto: Propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da lei federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Vigência: 04 (quatro) anos, a contar da data de sua assinatura.



DESPACHO

- Ciência da Procuradoria Geral de Justiça.
- Retorne-se o presente expediente à Coordenação de Contratos e Convênios, ressaltando interesse desta Procuradoria Geral de Justiça na renovação do Convênio mencionado no expediente em epígrafe.

Em 28 de fevereiro de 2018.

CÓPIA

LUÍS CLÁUDIO CUNHA NOGUEIRA

Promotor de Justiça
Chefe de Gabinete



DESPACHO

- R. H.
- Considerando o interesse da Secretaria – Geral do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos na renovação do quanto pactuado no Convênio de Cooperação Técnica em epígrafe, encaminhe-se o presente expediente à Assessoria Técnico – Jurídica do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para apreciação e tomada das providências necessárias, conforme solicitação da Central de Contratos e Convênios.

Em, 08/03/2018


Geder Luiz Rocha Gomes
Procurador de Justiça
Secretário – Geral do CIRA



Ref. SIMP nº.: 003.0.6226/2018

DESPACHO

- De ordem, considerando as informações constantes no presente expediente, bem como o quanto disposto no procedimento de nº 003.0.4540/2018, retorne-se à Coordenação de Contratos e Convênios para conhecimento e adoção das providências que pertinentes.

Em 13 de março de 2018

ALICE PARADA COSTA
Assessoria Técnico-Jurídica
Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça
Mat. [REDACTED]